

VÂNIA PETERMANN

SER JUIZ
Caminhos para a
Jurisdição de Qualidade



Alteridade

Curitiba - 2016



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba– Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon	José Antonio Savaris
Claudia Rosane Roesler	Marcos Garcia Leite
Daniela Cademartori	Joyciane Bezerra de Menezes
Guido Aguila Grados	Jorge Renato Reis
Ingo Wolfgang Sarlet	Luis Alberto Petit Guerra
Jairo Enrique Herrera Pérez	Paulo Márcio Cruz
Jairo Gilberto Schäfer	Zenildo Bodnar

1192230

P479

Petermann, Vânia

Ser juiz: caminhos para a jurisdição de qualidade / Vânia

Petermann - 1.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2016.

320p.; 21cm

ISBN 978-85-65782-16-6

1. Direito. 2. Juízes. 3. Jurisdição.
4. Poder judiciário. I.Título.

CDD 347.014(22.ed)

CDU 347.962

Catálogo: M^a Isabel Schiavon Kinasz
Revisão: Fátima Beghetto / Débora Ouriques
Diagramação e Capa: Jonny M. Prochnow

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
O PROPÓSITO DA OBRA	21
Capítulo 1 - A CONFORMAÇÃO DO DIREITO À JURISDIÇÃO E DOS ATORES MAGISTRADOS DO BRASIL	27
- 1.1 A Trajetória da Magistratura desde o Descobrimento até a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988	29
1.1.1 - Brasil colônia	29
1.1.2 - Período imperial.....	37
1.1.3 - Período republicano: entre a república “velha” e a ditadura militar	43
1.2 - A Constituição Cidadã de 1988 e os Impactos sobre a Função Jurisdicional	54
1.2.1 - O Direito à Jurisdição e a positivação dos Direitos Fundamentais	56
1.2.2 - O constitucionalismo brasileiro atual e os reflexos na atividade interpretativa do Magistrado	65
1.2.3 - A judicialização da política, das relações sociais e ativismo judicial	74
- 1.3 As Emendas Constitucionais 19/1998 e 45/2004	81
1.3.1 - O princípio da eficiência da administração pública incluído pela emenda constitucional n. 19/1998	82

1.3.2 - A duração razoável do processo incluída pela emenda constitucional n. 45/2004	86
1.3.3 - O Conselho Nacional de Justiça – CNJ e a Escola Nacional da Magistratura – ENFAM, criados pela emenda constitucional n. 45/2004	89
Capítulo 2 - DESAFIOS DA MAGISTRATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XXI E O VIÉS DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.....	99
2.1 - Os desafios da magistratura brasileira do século XXI	100
2.1.1 - A crise do judiciário brasileiro	101
2.1.2 - A consolidação do ser juiz brasileiro do século XXI.....	111
2.1.3 - Preocupação mundial com o ser juiz do século XXI.....	125
2.2 Recrutamento e Seleção de Magistrados de Primeira Instância no Brasil	131
2.2.1 - Visão sobre modelos de recrutamento e seleção e o caso dos juízes de primeira instância do Brasil.....	132
2.2.2 - Normatização constitucional para acesso à magistratura de primeira instância no Brasil e o estatuto da magistratura	142
2.2.3 - As resoluções nacionais que disciplinam a formação inicial no Brasil	147
2.3 - A Autonomia Administrativa e Financeira dos Tribunais Brasileiros, o Pacto Federativo e a Unicidade da Magistratura Nacional	160
2.3.1 - Organização judiciária.....	160
2.3.2 - Regramento constitucional da autonomia dos tribunais	163
2.3.3 - O pacto federativo e a unicidade da magistratura nacional... ..	164
Capítulo 3 - EXIGÊNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL PARA O RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS MAGISTRADOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA BRASILEIRA.....	169
3.1 Aspectos Relacionais da Formação Judicial como Agente de Reforma do Sistema de Justiça	170
3.1.1 - O papel da formação inicial	171
3.1.2 - A eficácia do princípio da formação inicial para o concurso de ingresso na carreira da magistratura de primeira instância brasileira	190

3.1.3 - O futuro estatuto da magistratura: a grande oportunidade para o debate da formação inicial no Brasil	201
3.2 - Apontamentos sobre a Trajetória da Formação Inicial no Brasil e a Experiência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	206
3.2.1 - A integração da formação inicial como fase do concurso para ingresso na carreira da magistratura de primeira instância brasileira	206
3.2.2 - O papel das escolas judiciais	210
3.2.3 - A experiência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com a formação inicial	216
3.2.3.1 - O desenvolvimento humano e profissional de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: a criação do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) e da academia judicial.....	216
3.2.3.2 - O projeto desenvolvido pela academia judicial na formação inicial	222
3.2.3.2.1 - Primeira edição	224
3.2.3.2.2 - Segunda edição.....	226
3.2.3.2.3 - Terceira edição.....	228
3.2.3.2.4 - Quarta edição	231
3.2.3.3 - Competências e princípios da formação inicial e as atividades da academia judicial.....	236
3.3 - Limites e Possibilidades da Formação Inicial	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERENCIAS DAS FONTES CITADAS	277
Anexo 1 - ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	303
Anexo 2 - ROL DE CATEGORIAS.....	305